

A Reforma do Ensino Profissional no Pós-Guerra

— da mudança necessária à mudança possível

Nos últimos anos tornou-se quase senso comum considerar a formação profissional das antigas escolas técnicas um referencial de qualidade evocado em tons nostálgicos. O facto de várias gerações de quadros médios e superiores, ainda no activo, terem iniciado a sua formação neste modelo de ensino técnico profissional não será por certo alheio à enunciação deste discurso.

No presente artigo vamos lembrar, precisamente, a reforma do ensino técnico que apropriou este modelo de formação profissional durante décadas em Portugal mas não conseguiu sobreviver à extinção do Estado Novo, embora a sua certidão de óbito tenha precedido o período revolucionário. Analisaremos o contexto do seu aparecimento, algumas das suas especificidades, as resistências à sua concretização e alguns traços da sua paternidade pedagógica.

Oficinas de Rendas de Vila do Conde.

A reforma do ensino profissional vai ter uma gestação de cerca de sete anos e o seu reconhecimento legislativo é feito no ano de 1948, aparecendo, assim, como filha das mudanças que ocorrem em Portugal no pós-guerra.

O Estado Novo, ao longo dos anos trinta primeiros anos da década de 40, pôs em prática uma política de contenção de despesas que, na área da educação, afectou particularmente o ensino técnico. O desinvestimento neste subsistema de ensino e a rigorosa selecção na entrada no ensino liceal obedece a uma estratégia que tenta contrariar a mobilidade social. É também nessa atitude de desinvestimento que encontramos as causas de uma persistente degradação do ensino técnico. As ruinosas condições materiais e humanas que este ensino apresenta no início da década de 40 e que começam a ser insistentemente apontadas por professores, directores de escolas e também pela imprensa patronal, serão por certo uma das condicionantes da reforma.

A conjuntura aberta pela segunda Guerra Mundial mostrou, motivou e perspectivou a necessidade de mudanças estruturais no aparelho produtivo. Esta conjuntura vai ser responsável por uma atitude de reflexão e amadurecimento de um pensamento que, enunciando uma estratégia industrialista, exige novos investimentos no “capital humano”. Com efeito, começa a haver, por parte dos sectores que entendem a mudança como inevitável e irrenunciável, o entendimento de que as novas competências exigidas pelo mercado de trabalho não se compadeciam com o patamar de escolaridade da juventude portuguesa. O processo reformista será assim solidário com o processo de industrialização, interagindo ambos numa relação causal, ainda que as motivações do primeiro não se esgotem completamente no segundo.

Em 1941 é formada uma comissão com o fim de estudar as condições do ensino técnico e propor a sua revisão. Os estudos preparatórios da reforma de que esta comissão é autora consubstanciam um diagnóstico exaustivo e impiedoso daquele ensino, preconizando soluções em termos de estrutura curricular e de propostas pedagógicas que representam uma ruptura com a ortodoxia do regime em relação à educação e à formação profissional.

AS ESPECIFICIDADES CURRICULARES E PEDAGÓGICAS DA REFORMA

Ao analisarmos os estudos preparatórios da reforma, alguma da legislação que a suporta, a fundamentação de alguns dos programas do novo currículo e até declarações públicas de políticos ligados à educação, surpreendemo-nos com declarações implícitas (ou mesmo explícitas) que se distanciam do pensamento pedagógico nacionalista.

Os reformadores de 48 vão tentar evidenciar que são portadores de um novo credo pedagógico, inovador e adaptado aos novos tempos de mudança, que também aqui na área pedagógica se pressentem. A reforma chega a ser apresentada como “marcando o início de uma época na história do ensino secundário português”. No seu ímpeto reformador, os autores sustentam a inevitabilidade de “uma autêntica revolução pedagógica”.

A reforma do ensino profissional de 1948 comporta um conjunto de alterações em relação à organização curricular anterior, em que o aspecto que mais se destaca se prende com a criação de dois graus para este tipo de ensino: um primeiro grau constituído por

um ciclo preparatório elementar, considerado um momento de pré-aprendizagem, incluindo uma formação geral com características socioculturais, com a duração de dois anos; um segundo grau de formação constituído por cursos de aprendizado, de formação e aperfeiçoamento profissionais, com a duração máxima de quatro anos.

A introdução do Ciclo Preparatório permitia, também, assegurar a articulação do ensino técnico-profis-

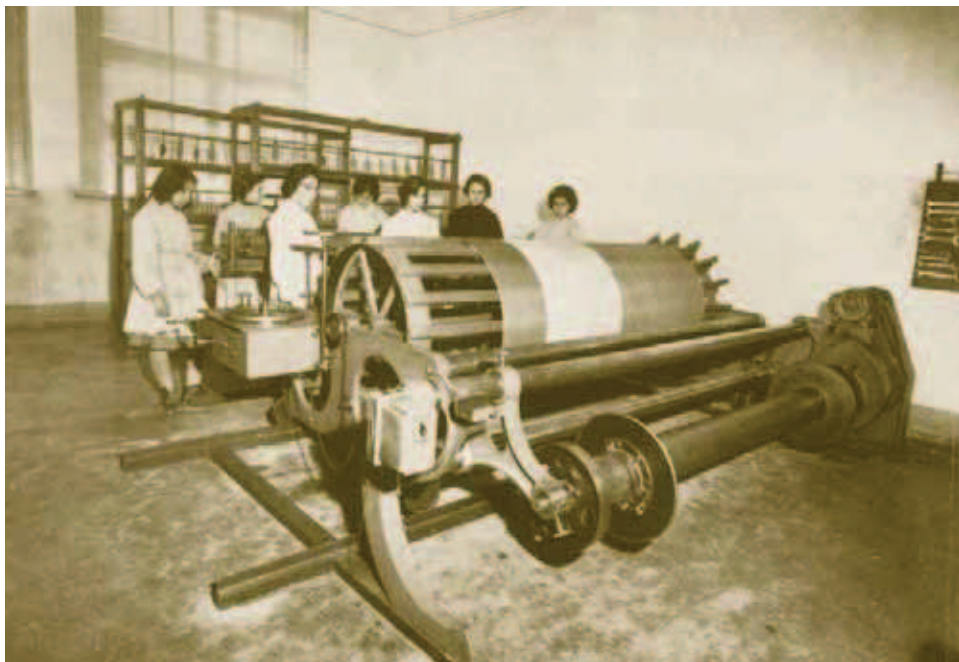
Para além do Ciclo Preparatório, a reforma de 48 integra um conjunto de alterações curriculares face à reforma do ensino técnico de 1930/31, com destaque para a criação dos seguintes cursos no âmbito do ensino industrial e comercial: *Formação*, que incluía o Ciclo Preparatório e mais três anos de especialização técnica para os estudantes diurnos; *Aperfeiçoamento*, para trabalhadores estudantes, em regime nocturno, com a duração de seis a oito anos, sendo

obrigatória a 4.^a classe; *Mestrança*, para quem já possuísse um curso industrial e mais de três anos de profissão ou ainda para oficiais habilitados com a instrução primária e oito anos de prática oficial; *Aprendizagem*, ministrado em simultâneo com a iniciação profissional em oficinas e fábricas, destinado a quem tivesse a 4.^a classe; *Preparação*, para o acesso aos Institutos Comerciais e Industriais, com a duração de um e dois anos, respectivamente, sendo obrigatório ter o Curso de Formação; os *Cursos das Oficinas Anexas*, onde era ministrada formação profissional,

por vezes para crianças a partir dos 6 anos, não sendo necessário ter a 4.^a classe.

A nova rede escolar do ensino técnico fornecia uma oferta de 80 cursos contra os 60 da reforma de 31, com a pretensão de dar resposta às especificidades regionais do país.

A natureza de alguns dos novos cursos propostos integra uma tentativa de adequação às necessidades de industrialização que se anunciavam, havendo uma pre-



Oficina de Cerzideira da Escola Industrial e Comercial Campos e Melo.

sional com o ensino primário, suprimindo a suspensão de estudos imposta por aquele sistema aos alunos que concluíam a escola primária e tinham condições para ingressar no ensino técnico.

Outra das inovações desta reforma prendia-se com o facto de a frequência do ciclo preambular incluir no seu âmbito de competências o diagnóstico das aptidões dos educandos através do Instituto de Orientação Profissional.

dominância de cursos na área da metalomecânica e electricidade. O nome de alguns cursos indicia uma nova orientação mais modernizadora em detrimento dos sectores mais tradicionais da economia: desenhador industrial, mecânico de aviões, desenhador da construção naval, mecânico de automóveis.

A RECEPÇÃO À REFORMA NAS ESCOLAS TÉCNICAS

A nossa investigação sobre a recepção às novas propostas pedagógicas enunciadas pela reforma permitiu-nos chegar à conclusão de que foi no Ciclo Preparatório que se sentiu uma presença mais forte do revisionismo pedagógico preconizado pelos dirigentes do ensino técnico.

Os relatórios dos directores são sensíveis às novas propostas e reflectem, na generalidade, um conhecimento do novo ideário, que é visível na forma como explicitam a concretização das novas propostas pedagógicas, particularmente na área curricular da Língua História Pátria ou na forma como dinamizam os espaços circum-escolares.

As referências à Educação Nova, o recurso à citação dos pedagogos mais conhecidos como Claparède, Dewey ou Kerschensteiner, que com ela se identificam, a utilização de expressões como “métodos activos”, “a maneira autónoma de agir da criança”, a “escola activa”, “a escola onde se trabalha” e o repúdio pela escola “dogmática”, “formalista”, “livresca”, ensaiam um esforço con-

ceptual de elaboração de uma “ideologia” crítica face à educação tradicional, a que as escolas não são de todo insensíveis. Há um esforço consistente na aplicação do novo ideário pedagógico, que emerge da maioria dos relatórios dos directores.

A dinamização de processos de trabalho assentes em métodos activos, com destaque para a criação de centros de interesse, de bibliotecas, da imprensa escolar, das visitas de estudo, do intercâmbio escolar, das festas e



Exposição na Escola Técnica Elementar Francisco Arruda.

da organização de exposições como espaços privilegiados de partilha e valorização das produções dos alunos, deve ser realçada como um esforço de concretização das propostas enunciadas nos novos programas.

Não há praticamente nenhum relatório dos directores das escolas, nos anos a seguir a 1948, que não faça referências explícitas à reforma, à identificação com a “Educação Nova” ou ao novo “espírito do ciclo”, o que deve ser entendido como uma capacidade relativamen-

te grande da Direcção-Geral do Ensino Técnico e do seu corpo de inspectores em fazer chegar às escolas as novas indicações que deveriam influenciar de futuro as práticas pedagógicas.

A POSIÇÃO DAS DIFERENTES FORÇAS SOCIAIS

As soluções encontradas pelos reformistas não vão ter uma aceitação pacífica por parte de todas as forças sociais. As alterações curriculares que criam novos cursos e sobretudo a introdução do Ciclo Preparatório no ensino diurno, com características socioculturais, vão perfilar-se como uma ameaça para os sectores mais conservadores do regime que temem a mudança e que vão reagir no âmbito da Assembleia Nacional (1947), com o ardor próprio dos que defendem uma herança de ordem imutável que entendem estar a ser ameaçada.

Há nitidamente duas correntes que se opõem no debate: uma, que pretende que a proposta de lei seja aprovada e que integra as forças de apoio à industrialização, sendo certo que a lei de fomento industrial e diplomas congéneres são explicitamente focados por Marques de Carvalho, Sousa Pinto e Froilano de Melo; outra, que integra a velha guarda, “Os soldados de 26”, como se auto-proclama Ribeiro Cazaes, cuja posição de oposição ao texto da proposta é reforçada pelo expressivo discurso de Moura Relvas: “Os rapazes saídos das nossas escolas têm características hereditárias, familiares, mesológicas, educativas e económicas diferentes e próprias, sendo, portanto, natural que procurem seguir na vida diferentes caminhos.” Este deputado não se ficará por estes argumentos de natureza eugénica e mobilizará outros de raiz semelhante. Considerará escandaloso um Ciclo Preparatório com a duração de dois anos, no qual seriam leccio-

nadas matérias de carácter geral, dado que tal equivaleria a “fazer do operário um estudantinho sem o real conceito da sua profissão”. Note-se como o diminutivo “estudantinho” pretende escarnecer e humilhar o suposto desacerto de posição social do estudante adaptada à condição de operário.

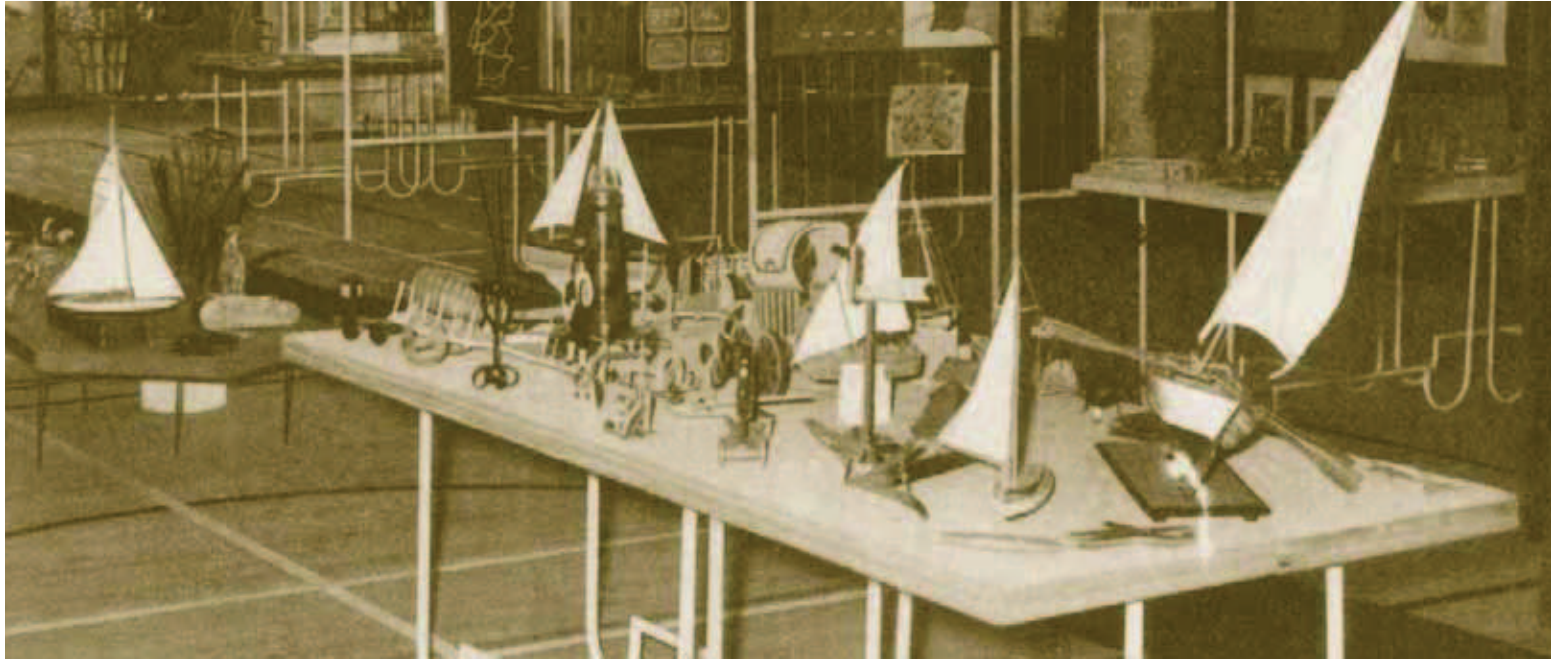
Ribeiro Cazaes, um dos mais exaltados opositores da nova estrutura curricular para o ensino técnico, chega a verberar os seus companheiros de hemicycle num tom a roçar a ameaça: “Os soldados de 26 [...] têm ainda o pulso rijo e chegam bem para garantir o progressivo labor da revolução.”

A possibilidade de às classes populares serem leccionadas disciplinas de carácter humanístico e cariz socio-cultural assusta-os e indigna-os, pela audácia que poderão vir a ter, julgando-se já “doutores”.

Além do debate na Assembleia Nacional, também as associações patronais e os sectores oposicionistas se vão pronunciar acerca da reforma em curso.

As elites patronais vão ter uma participação empenhada e activa, seguindo zelosamente o percurso da reforma desde a sua preparação e discussão até aos primeiros anos da sua implementação através da imprensa da Associação Industrial Portuguesa e da Associação Industrial Portuense, embora este entusiasmo não tenha sido extensivo ao conjunto do patronato português, como se pode verificar pela pouca colaboração nas Comissões de Patronato criadas no âmbito desta reforma, como forma de implicar os empresários nas políticas relativas ao ensino técnico.





Exposição na Escola Técnica Elementar Francisco Arruda.

Por outro lado, a oposição ao Estado Novo, e particularmente a candidatura de Norton de Matos à presidência da República e o PCP, vão ser extremamente críticos face ao novo modelo de ensino técnico que a reforma irá propor.

A oposição salazarista classifica a reforma de 48 como uma reforma “reaccionária e antidemocrática”, e como tal vocacionada para uma total ineficácia.

Em síntese: por entre críticas à esquerda e à direita e proclamações entusiásticas, a reforma sairá no final de 1948, com sete anos de preparação, discussão e urgência. O ritmo dolente do salazarismo ia contudo transportando a mudança. Uma mudança vigiada, mas mudança.

Se não podemos considerar que esta reforma tenha sido a revolução pedagógica anunciada pelos reformistas, que abria novos e ridentes caminhos para a juventude operária de então, a reforma de 48 não foi, tão-pouco, como advogavam as vozes da oposição, mais uma pedra na “fascização do ensino”. Foi a reforma possível

gerada no interior do Estado Novo, espelhando a forma específica como a adaptação, neste caso do Ensino Técnico Profissional, à modernidade económica e industrial se ia podendo fazer no quadro complexo de equilíbrios entre o desenvolvimento e conservação dentro do regime: sem rupturas políticas e ideológicas frontais com as tradicionais representações da ordem; esconjurando os perigos com a reedição de velhas retóricas ideológicas, prevendo eventuais derrapagens com um férreo centralismo administrativo.

Albérico Afonso Costa

*Professor Adjunto da Escola Superior
de Educação de Setúbal*

